

ASSOCIAÇÃO ESPIRITA VICENTE DE PAULO
CNPJ-54.228.366.0001-41
RUA PINHEIRO MACHADO Nº 55
MANTENEDORA DO INSTITUTO BEZERRA DE MENEZES

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais).

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	839.369	1.496.740
Contas a receber	(5)	763.219	822.013
Outros créditos		93.979	96.043
Estoques	(6)	522.585	771.329
Despesas antecipadas		1.294	1.294
		<u>2.220.446</u>	<u>3.187.419</u>
Não circulante			
Propriedade para investimento	(7)	1.883.579	1.883.579
Outros investimentos		3.611	3.611
Imobilizado	(8)	6.162.396	6.293.891
		<u>8.049.586</u>	<u>8.181.081</u>
Total do ativo		<u>10.270.032</u>	<u>11.368.500</u>
 Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		171.982	223.165
Obrigações trabalhistas	(9)	1.312.887	836.967
Impostos e contribuições	(10)	412.712	1.103.054
Financiamentos	(11)	2.971.711	2.433.236
Provisão para contingências	(12)	2.024.076	1.519.913
Outras contas		118.283	126.291
		<u>7.011.651</u>	<u>6.242.626</u>
Não circulante			
Impostos e contribuições	(10)	2.923	95.882
		<u>2.923</u>	<u>95.882</u>
Total do passivo		<u>7.014.574</u>	<u>6.338.508</u>
 Patrimônio líquido			
Patrimonial social		1.443.995	1.135.687
Reserva de reavaliação		3.585.997	3.585.997
(Déficit) superávit do exercício		(1.774.534)	308.308
	(13)	<u>3.255.458</u>	<u>5.029.992</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>10.270.032</u>	<u>11.368.500</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas operacionais			
Atendimentos a pacientes - Conveio SUS	(14-23)	4.593.651	4.659.789
Doações e contribuições recebidas	(14)	1.429.880	993.710
Subvenções e auxílios governamentais	(22)	5.357.472	7.217.860
Benefícios obtidos de renúncia fiscal	(16)	2.513.452	2.383.810
Outras receitas da atividade		108.664	61.888
	(14)	<u>14.003.119</u>	<u>15.317.057</u>
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal	(15)	(9.794.208)	(8.751.181)
Renúncia fiscal (impostos e contribuições)	(16)	(2.513.452)	(2.383.810)
Administrativas e gerais	(17)	(3.320.057)	(3.352.205)
		<u>(15.627.717)</u>	<u>(14.487.196)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais			
Despesas financeiras líquidas	(18)	(532.567)	(610.356)
Outras receitas	(19)	382.631	88.803
		<u>(149.936)</u>	<u>(521.553)</u>
(Déficit) superávit do exercício	(20)	<u>(1.774.534)</u>	<u>308.308</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit / (Déficit) do exercício	<u>(1.774.534)</u>	<u>308.308</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.774.534)</u>	<u>308.308</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>	<u>(Déficit) acumulado</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.297.600	3.585.997	(1.161.913)	4.721.684
Incorporação do déficit anterior	(1.161.913)		1.161.913	-
Superávit do exercício	-	-	308.308	928.081
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.135.687	3.585.997	308.308	5.029.992
Incorporação do déficit anterior	308.308		(308.308)	-
Déficit do exercício	-	-	(1.774.534)	(1.774.534)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.443.995	3.585.997	(1.774.534)	3.255.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Das atividades operacionais		
Ajuste na reconciliação do déficit do exercício ao caixa líquido:		
Superávit / (Déficit) do exercício	(1.774.534)	308.308
Variação da provisão para contingência	504.163	(50.632)
Depreciação e amortização	147.999	98.930
Juros apropriados	538.475	485.104
	<u>(583.897)</u>	<u>841.710</u>
(Acréscimo) decréscimo de ativos operacionais:		
Contas a receber e outros créditos	60.858	372.631
Estoques e despesas do exercício seguinte	248.744	(550.281)
	<u>309.602</u>	<u>(177.650)</u>
Acréscimo (decréscimo) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(51.183)	74.923
Obrigações trabalhistas	475.920	(261.867)
Impostos e contribuições	(783.301)	429.907
Demais contas do passivo operacional	(8.008)	(133.392)
	<u>(366.572)</u>	<u>109.571</u>
Caixa gerado / (consumido) na atividade operacional	<u>(640.867)</u>	<u>773.631</u>
Das atividades investimentos		
Compra de ativo imobilizado	(16.504)	(282.860)
Aquisição de outros investimentos	-	(2.981)
Caixa (consumido) na atividade de investimentos	<u>(16.504)</u>	<u>(285.841)</u>
Das atividades financiamentos		
Liquidação de financiamentos	-	(5.128)
Caixa consumido na atividade de financiamentos	<u>-</u>	<u>(5.128)</u>
(Diminuição) / aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(657.371)</u>	<u>482.662</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.496.740	1.014.078
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>839.369</u>	<u>1.496.740</u>
(Diminuição) / aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(657.371)</u>	<u>482.662</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional

A Associação Espírita Vicente de Paulo é uma entidade beneficente de assistência social sem fins lucrativos, fundada em 02 de novembro de 1927 e tem como finalidade o estudo teórico e prático do Espiritismo, bem como a prática da caridade material, moral e espiritual.

A Associação Espírita Vicente de Paulo é mantenedora do “Instituto Bezerra de Menezes”

O Instituto Bezerra de Menezes foi fundado em 1955 e atua na área de saúde, compreendido por um hospital psiquiátrico destinado ao tratamento de portadores de distúrbios mentais, nervosos e dependentes químicos, através do Sistema Único de Saúde (SUS).

Utilidade pública federal, estadual e municipal.

A Entidade possui os seguintes títulos de “utilidade pública”: Federal (Decreto nº. 70.881 de 27 de julho de 1972), Estadual (Lei: nº. 7.217 de 24 de outubro de 1962) e Municipal (Lei nº. 2.593, de 30 de janeiro de 2001).

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão apresentadas, comparativamente, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, que levam em consideração as interpretações dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em especial a ITG 2002 (Resolução do CFC nº 1.409/2012).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2022.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, com a eliminação de centavos.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os principais itens sujeitos a estimativas e premissas são as provisões para ajustes de ativos ao valor provável de realização, provisões de contingências e de depreciações de bens do ativo.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de forma consistente pela Entidade:

a) Apuração do resultado

Receitas e despesas

Os registros contábeis evidenciam as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. As contas de patrimônio, receitas e despesas, inclusive a apuração final do resultado (superávit ou déficit), estão segregadas, identificáveis por tipo de atividade: de saúde, de assistência social, em que a Entidade atua.

As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

Renúncia Fiscal

A Entidade considera como renúncia fiscal as contribuições não pagas, da quota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre os valores da folha de pagamento e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas e Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), sobre superávit líquido do exercício. Os valores são calculados e contabilizados como se devido fossem apresentados como receitas e despesas, específicas, na demonstração do resultado do exercício nas áreas de saúde e assistencial.

Trabalho Voluntário

O trabalho voluntário, quando houver, será quantificado com base na atividade exercida e registrado em contas de resultado. A Administração da Entidade não considera os serviços sem remuneração prestados pela diretoria e conselheiros fiscais, bem como o de cunho religioso no conceito de trabalho voluntário previsto na legislação.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis, inicialmente nas datas de origem. Os ativos financeiros estão registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos que não são cotados no mercado ativo, sendo tais ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo, reduzidos por eventual perda do valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. A Entidade não transaciona com derivativo ou quaisquer outros ativos de risco.

Passivos financeiros não derivativos

Um passivo é reconhecido quando há uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la.

A Entidade reconhece os passivos financeiros, inicialmente na data em que são originados. Um passivo é baixado quando suas obrigações foram satisfeitas através do cancelamento ou pagamento. Como passivos financeiros não derivativos a Entidade possui os fornecedores, obrigações trabalhistas, financiamentos e impostos e contribuições a recolher.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e incorporado dos encargos em virtude de eventual atraso no pagamento ou em recomposição em renegociação dívidas.

Caixa e equivalentes de caixa.

Representam dinheiro em caixa ou equivalentes em bancos, sem restrição para movimentação, as aplicações financeiras efetuadas em instituições financeiras de primeira linha, possuem elevado nível de liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

Contas a receber

Representam direitos a receber, ajustados aos valores de realização.

c) Estoques

Estão representados pelo custo de médio de aquisições, que não supera o valor de mercado.

d) Propriedade para investimentos

Corresponde a bem imóvel não de uso pela Entidade, destinado a obtenção de renda.

e) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, de construção e de reavaliação espontânea de imóveis efetuadas até o ano de 2007, deduzido de depreciação acumulada e de perda de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos oriundos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos no resultado como outras receitas/despesas operacionais.

Custos subsequentes

Os dispêndios havidos com a reposição de um item componente do imobilizado são considerados no valor contábil desse item, desde que haja expectativa de que trarão benefícios econômicos para a Entidade, aferidos de maneira confiável. Os gastos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado, efetuada com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de item do imobilizado, cujas taxas anuais são as seguintes:

Veículos e equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, com base no risco envolvido, quando provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, de acordo com as estimativas e premissas julgadas pela administração.

g) Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes

Passivos contingentes são provisionados quando os riscos de perdas forem avaliados como prováveis e os montantes envolvidos forem definidos com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa.

h) Benefícios a empregados

Obrigações a empregados relativos a benefícios de curto prazo são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. Dentre os benefícios oferecidos pela Entidade, não há qualquer benefício pós emprego a colaboradores, que possa gerar uma obrigação futura.

i) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de um prejuízo financeiro caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros não cumprir com as suas obrigações contratuais, que surgem, principalmente, dos recebíveis e de aplicações financeiras.

Para redução desses riscos, a Entidade adota como prática, a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Quanto às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com aquelas de baixo risco.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima na data das demonstrações contábeis foi:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	839.369	1.496.740
Contas a receber	763.219	822.013
Outros créditos	93.979	96.043
	<u>1.696.567</u>	<u>2.414.796</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade estar em dificuldades para honrar as suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. O foco na administração da liquidez é a de garantir que sempre ela seja suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a sua reputação.

Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade apresentava um ativo circulante de R\$ 2.220.446 (R\$ 3.187.419 em 2020), para um passivo circulante de R\$ 7.011.651 (R\$ 6.242.626 em 2020), o que representa uma liquidez corrente negativa de R\$ 4.791.205 (R\$ 3.055.207, em 2020).

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como, recebíveis e taxas de juros para os ganhos obtidos no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações no valor dos recursos recebidos e nas receitas financeiras.

O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo administrar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	25.756	8.069
Contas correntes bancárias	47.417	46.092
Aplicações financeiras	766.196	1.442.579
	<u>839.369</u>	<u>1.496.740</u>

5. Contas a receber

Sistêmica Único de Saúde (SUS)		380.100	388.316
Cratod/Convenio Estadual a receber	(a)	370.676	433.033
Outros valores a receber		12.443	664
	(b)	<u>763.219</u>	<u>822.013</u>

(a) Catrod – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas.

(b) Valores previstos para recebimento em 2022.

6. Estoques

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Drogas e medicamentos	142.386	292.684
Rouparia	156.760	202.160
Materiais de consumo	134.290	191.565
Lavanderia e materiais de limpeza	24.358	28.081
Gêneros alimentícios	64.791	56.839
	<u>522.585</u>	<u>771.329</u>

7. Propriedade para investimento

O valor de R\$ 1.883.579 refere-se a aquisições de terreno e construção efetuadas de 2014 a 2016, avaliados pelo custo de aquisição e de construção, e não supera o seu valor de realização.

8. Imobilizado

	<u>Instituto</u>	<u>Associação</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custo de aquisição				
Bens imóveis	5.235.147	421.997	5.657.144	5.657.144
Veículos	84.182	-	84.182	104.682
Computadores e periféricos	136.534	-	136.534	136.534
Móveis e utensílios	1.412.083	487	1.412.570	1.396.066
	<u>6.867.946</u>	<u>422.484</u>	<u>7.290.430</u>	<u>7.294.426</u>
Depreciação acumulada	(1.128.034)	-	(1.128.034)	(1.000.535)
Valor líquido	<u>5.739.912</u>	<u>422.484</u>	<u>6.162.396</u>	<u>6.293.891</u>
Movimentação:	Saldo em			Saldo em
	01.01.21	Adições	Baixas	31.12.21
Custo de aquisição				
Imóveis	5.657.144	-	-	5.657.144
Veículos	104.682	-	(20.500)	84.182
Equipamentos de informática	136.534	-	-	136.534
Móveis e utensílios	1.396.066	16.504	-	1.412.570
	<u>7.294.426</u>	<u>16.504</u>	<u>(20.500)</u>	<u>7.290.430</u>
Depreciação acumulada				
Veículos	104.682	-	(20.500)	84.182
Equipamentos de informática	63.946	16.622	-	80.568
Móveis e utensílios	831.907	131.377	-	963.284
	<u>1.000.535</u>	<u>147.999</u>	<u>(20.500)</u>	<u>1.128.034</u>
	<u>6.293.891</u>	<u>(131.495)</u>	<u>-</u>	<u>6.162.396</u>

9. Obrigações trabalhistas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários	450.676	-
Férias e encargos	862.211	836.967
	<u>1.312.887</u>	<u>836.967</u>

10. Impostos e contribuições

	<u>2021</u>			<u>2020</u>		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
INSS	143.867	-	143.867	314.394	-	314.394
FGTS	75.404	-	75.404	220.007	-	220.007
IRRF	144.362	-	144.362	287.292	-	287.292
PIS	-	-	-	40.440	-	40.440
Outros	3.192	-	3.192	5.959	-	5.959
	<u>366.825</u>	<u>-</u>	<u>366.825</u>	<u>868.092</u>	<u>-</u>	<u>868.092</u>
Parcelamentos:						
INSS	-	-	-	61.792	-	61.792
FGTS	25.412	-	25.412	100.842	70.668	171.510
IRRF	19.690	2.923	22.613	62.819	20.352	83.171
PIS	785	-	785	9.509	4.862	14.371
	<u>45.887</u>	<u>2.923</u>	<u>48.810</u>	<u>234.962</u>	<u>95.882</u>	<u>330.844</u>
	<u>412.712</u>	<u>2.923</u>	<u>415.635</u>	<u>1.103.054</u>	<u>95.882</u>	<u>1.198.936</u>

11. Financiamentos

<u>Banco</u>	<u>Vencº</u>	<u>Juros mês</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
B. Brasil	06/2019	1,68	2.971.711	2.433.236

12. Provisões para contingências

A Entidade é parte em processos judiciais de natureza trabalhista. Apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos nas análises das demandas judiciais, a Administração reconhece uma provisão para perdas, com riscos prováveis, estimada em R\$ 2.024.076 (R\$ 1.519.913 em 2020).

A Entidade também está no polo passivo de duas ações trabalhistas, classificadas como de risco possível estimada em R\$ 29.569 (R\$ 29.569 em 2020).

13. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido compreende o patrimônio social inicial integralizado pelos seus instituidores, acrescido dos superávits e diminuído dos déficits anualmente apurados.

14. Receitas da atividade

Áreas: Estabelecimento:	Saúde	Assistencial	Total	
	Instituto	Associação	2021	2020
Atendimentos à convênios	4.593.651	-	4.593.651	4.659.789
Sistema Único de Saúde (SUS)	4.594.057	-	4.594.057	4.659.789
Anulação de receitas do SUS.	(406)	-	(406)	-
Doações e contribuições recebidas	1.429.880	-	1.429.880	993.710
Doações recebidas de pessoas físicas	1.204.077	-	1.204.077	821.705
Doações recebidas de Pessoas Jurídicas	800	-	800	81.098
Doações em bens e serviços	225.003	-	225.003	90.907
Subvenções e auxílios governamentais	5.357.472	-	5.357.472	7.217.860
Benefícios obtidos de renúncia fiscal	2.512.824	628	2.513.452	2.383.810
COFINS	346.927	628	347.555	329.644
Contribuições Previdenciárias (INSS)	2.165.897	-	2.165.897	1.973.341
Imposto de renda e contrib social s/lucro	-	-	-	80.825
Outras receitas da atividade	105.735	2.929	108.664	61.888
Mensalidades de sócios	-	2.929	2.929	2.740
Outras	105.735	-	105.735	59.148
	13.999.562	3.557	14.003.119	15.317.057

15. Despesas com pessoal

Áreas: Estabelecimento:	Saúde	Assistencial	Total	
	Instituto	Associação	2021	2020
Despesas de salários e encargos	9.794.208	-	9.794.208	8.751.181

16. Renúncia fiscal de impostos e contribuições:

	Instituto	Associação	Total	
			2021	2020
Contribuições previdenciárias				
Quota patronal	1.558.199	-	1.558.199	1.419.670
Seguro acidente de trabalho	155.820	-	155.820	141.967
Terceiros	451.878	-	451.878	411.704
	<u>2.165.897</u>	<u>-</u>	<u>2.165.897</u>	<u>1.973.341</u>
Cofins	346.927	628	347.555	329.644
Imposto de renda e c.social sobre lucro	-	-	-	80.825
	<u>2.512.824</u>	<u>628</u>	<u>2.513.452</u>	<u>2.383.810</u>

Renúncias fiscais, de impostos e contribuições, apurados como se devido fosse, e reconhecidos no resultado, em receita com benefícios obtidos, em contrapartida de despesa.

17. Despesas administrativas e gerais

Áreas:	Saúde	Assistencial	Total	
	Instituto	Associação	2021	2020
Consumo de materiais	2.317.312	-	2.317.312	1.959.606
Perdas de créditos	-	-	-	411.381
Despesas gerais	645.441	1.920	647.361	7.606
Conservação e manutenção	200.375	-	200.375	204.836
Despesas tributárias	7.010	-	7.010	11.846
Doações	-	-	-	38.000
Depreciação e amortização	147.999	-	147.999	98.930
	<u>3.318.137</u>	<u>1.920</u>	<u>3.320.057</u>	<u>3.352.205</u>

18. Despesas financeiras líquidas

Áreas:	Saúde	Assistencial	Total	
	Instituto	Associação	2021	2020
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamento	538.475	-	538.475	486.544
Juros e multas de outros passivos	38.482	-	38.482	147.321
Outras despesas financeiras	7.534	-	7.534	12.678
	<u>584.491</u>	<u>-</u>	<u>584.491</u>	<u>646.543</u>
Receitas financeiras				
Rendimento de apl. financeira	29.951	-	29.951	14.675
Descontos obtidos	21.973	-	21.973	21.512
	<u>51.924</u>	<u>-</u>	<u>51.924</u>	<u>36.187</u>
	<u>532.567</u>	<u>-</u>	<u>532.567</u>	<u>610.356</u>

19. Outras receitas

Áreas: Estabelecimento:	Saúde	Assistencial	Total	
	Instituto	Associação	2021	2020
Despesas recuperadas	283.940	-	283.940	52.285
Alugueis	-	18.000	18.000	6.000
Outras receitas	80.691	-	80.691	30.518
	364.631	18.000	382.631	88.803

20. Superávit (déficit) do exercício

Áreas: Estabelecimento:	Saúde	Assistencial	Total	
	Instituto	Associação	2021	2020
(Déficit) superávit do exercício	(1.793.543)	19.009	(1.774.534)	308.308

21. Resumo das contas patrimoniais por área de atuação:

Área Estabelecimento	Saúde	Assistencial	Total	
	Instituto	Associação	2021	2020
Ativo				
Circulante	2.198.471	21.975	2.220.446	3.187.419
Não circulante	7.627.102	422.484	8.049.586	8.181.081
	9.825.573	444.459	10.270.032	11.368.500
Passivo				
Circulante	7.011.546	105	7.011.651	6.242.626
Não circulante	2.923	-	2.923	95.882
	7.014.469	105	7.014.574	6.338.508
Patrimônio Líquido	2.811.104	444.354	3.255.458	5.029.992

22. Auxílios e subvenções governamentais

Subvenções obtidas dos governos: estadual e Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, no total de R\$ 5.357.471,75, para custeio sem restrição, reconhecidas no resultado, conforme nota 3.a:

a) Estadual - Convênios da Secretaria de Estado de São Paulo:

4.510.471,75	Convênio 0760/2020.
<u>100.000,00</u>	Convênio 063/2021
4.610.471,75	Subtotal

b) Municipal - Termos de colaboração:

660.000,00	Termo de Colaboração 11/2021 – Processo administrativo 3.915/2021.
<u>87.000,00</u>	Termo de Colaboração 21/2021 – Processo Administrativo 15.104/2021.
747.000,00	Subtotal
5.357.471,75	Total

23. Atividade preponderante e singular

A Entidade exerce atividade preponderante na área de saúde e atividade singular de assistência social, conforme definição da legislação.

a) Atividade preponderante

Atua na promoção, prevenção e atenção à saúde através do Instituto Bezerra de Menezes (filial) mantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e comprova o cumprimento do percentual mínimo de 60% através dos registros da totalidade das internações efetuadas no Sistema de Comunicação de Internação Hospitalar. O hospital possui capacidade instalada para 272 pacientes, sendo destas, 252 contratadas pelo SUS.

Resumo dos atendimentos realizados:

	2021		2020	
	Nº de Internações	%	Nº de Internações	%
Número de pacientes no início do exercício	159		188	
Internações	559		627	
Baixas por altas				
Melhorada	385	72,10%	526	81,61
Abandono de tratamento	112	20,97%	95	12,86
Transferência para outras entidades	23	4,31%	24	3,71
Óbitos	2	0,37%	3	0,36
Alta administrativa	3	0,56%	1	0,72
Evasão	7	1,31%	3	0,45
Outros motivos	2	0,37%	4	0,27
	534	100,0%	656	100,0
Número de pacientes no final do exercício	184		159	
Internação/dia no exercício.	59.037		59.694	

b) Atividade singular

As atividades de assistência social, é desenvolvida através da Associação Espírita “Vicente de Paulo”, compreendida, conforme sua essência, pelos estudos espirituais, reuniões mediúnicas e evangelizações oferecidas gratuitamente ao público em geral. Os serviços de evangelização são estendidos, especialmente aos pacientes do Instituto Bezerra de Menezes, estimulando atividades

básicas de vida diária, como higiene corporal, alimentação e vestuário, interação social entre equipe, comunidade e atendimento psicológico.

24. Cobertura de seguros

A Entidade não possui seguro para cobrir sinistros de qualquer natureza.

Célia Luzia Honorato Cavalheri
-Presidente-

Mauro Angelini
TC-CRC-1 Sp 224-977-0-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria da
ASSOCIAÇÃO ESPIRITA VICENTE DE PAULO
Espírito Santo do Pinhal – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da “Associação Espírita Vicente de Paulo” (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no Parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Reponsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

As ressalvas consistem nos seguintes assuntos relacionados ao ativo imobilizado

(i) A Entidade não adota como procedimento a realização de um levantamento físico do seu ativo imobilizado para posterior conciliação com os itens do módulo de controle patrimonial e os saldos apresentados pela contabilidade. Conseqüentemente, não é praticável assegurar da existência efetiva de todos os bens, bem como se as depreciações contabilizadas estão adequadamente apuradas.

(ii) O saldo contábil da conta de Imóveis não apresenta segregado o valor de Terrenos e de Edificações. Assim, por falta da identificação do valor de Edificações, não vem sendo contabilizada a respectiva depreciação, não sendo praticável, também, apurar qual é o valor correspondente a esta, bem como da eventual provisão a título de “impairment”.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022.



CRC. 2SP024410/O-5

Manoel Messias de Oliveira Bastos
CRC. 1SP123.790/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados em cumprimento às disposições estatutárias procederam os exames do Balanço Geral encerrado em 31 de Dezembro de 2021, bem como a comprovação de seu conteúdo, tendo aprovado o mesmo.

Espírito Santo do Pinhal, 25 de Março de 2022.

João Batista Rozon
CPF-718.623.158.68

José Niero Filho
CPF-718.557.428-53

José Marcos Bertoldo
CPF-059.268.178-54